

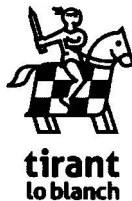
Organizador
Antonio José Franco de Souza Pêcego

ESTUDOS SOBRE A LEI ANTICRIME

AUTORES

Adeildo Nunes
Andressa Loli Bazo
Antonio José Franco de Souza Pêcego
Antonio Pedro Melchior
Beatriz Corrêa Camargo
Bruno Cortez Torres Castelo Branco
Bruno de Oliveira Moura
Carlos Augusto Canêdo Gonçalves da Silva
Cezar Roberto Bitencourt
Cláudio do Prado Amaral
David Rodrigues Alfredo Junior
Décio Franco David
Eduardo Saad-Diniz

Felipe Martins Pinto
Flávia Siqueira
Flávio Augusto Maretti Sgrilli Siqueira
Humberto Leandro de Melo e Sousa
Luciano Sousa Rosa
Luís Eduardo Lopes Serpa Colavolpe
Paulo César Busato
Rafael Santos Soares
Sebastião Sérgio Silveira
Thaise Mattar Assad
Thiago Miranda Minagé
Wagner Marteleto Filho



Copyright© Tirant lo Blanch Brasil

Editor Responsável: Aline Gostinski

Capa e diagramação: Jéssica Razia

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO:

EDUARDO FERRER MAC-GREGOR POISOT

Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Investigador do Instituto de Investigações Jurídicas da UNAM - México

JUAREZ TAVARES

Catedrático de Direito Penal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Brasil

LUIS LÓPEZ GUERRA

Ex Magistrado do Tribunal Europeu de Direitos Humanos. Catedrático de Direito Constitucional da Universidade Carlos III de Madrid - Espanha

OWEN M. FISS

Catedrático Emérito de Teoria de Direito da Universidade de Yale - EUA

TOMÁS S. VIVES ANTÓN

Catedrático de Direito Penal da Universidade de Valência - Espanha

N923

Nunes, Adeildo

Estudos sobre a lei anticrime / Adeildo Nunes...
[et al.]; Antonio José Franco de Souza Pêcego (Org.).
– 1.ed. - São Paulo : Tirant lo Blanch, 2022.
338 p.

ISBN: 978-65-5908-270-4

1. Direito penal. 2. Lei 13.964/19. I. Título.

CDU: 343.2.01

1210100

Elisabete Cândida da Silva Bibliotecária CRB 8/6778

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais.

A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art.184 e §§. Lei nº 10.695, de 01/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº9.610/98).



**tirant
lo blanch**

Todos os direitos desta edição reservados à Tirant lo Blanch.

Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2909, sala 44.

Bairro Jardim Paulista, São Paulo - SP CEP: 01401-000

Fone: 11 2894 7330 / Email: editora@tirant.com / atendimento@tirant.com

www.tirant.com/br - www.editorial.tirant.com/br/

SUMÁRIO

SOBRE OS AUTORES	9
APRESENTAÇÃO	13

PARTE I DIREITO PENAL

NOVA COMPETÊNCIA PARA EXECUÇÃO DA PENA DE MULTA A PARTIR DA LEI 13.964/19.....	17
<i>Cezar Roberto Bitencourt</i>	

UMA ABORDAGEM CONSTITUCIONAL DO PERDIMENTO ALARGADO PREVISTO NO ARTIGO 91-A DO CÓDIGO PENAL.....	33
<i>Flávio Augusto Maretti Sgrilli Siqueira e David Rodrigues Alfredo Junior</i>	

O NOVO PRECEITO DA LEGÍTIMA DEFESA, A BASE DA INTERVENÇÃO DOS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA NA PROTEÇÃO CONTRA PERIGOS E A SUBSIDIARIEDADE DA ATUAÇÃO DOS PRIVADOS	58
<i>Bruno de Oliveira Moura</i>	

A (I)LEGITIMIDADE DO AUMENTO DO LIMITE DAS PENAS PARA 40 ANOS NO CHAMADO PACOTE “ANTICRIME” (LEI Nº 13.964/19)	82
<i>Flávia Siqueira e Andressa Loli Bazo</i>	

DOLO E JOGOS DE LINGUAGEM: DA INTENÇÃO SUBJETIVA À INTENCIONALIDADE SIGNIFICATIVA	98
<i>Paulo César Busato e Bruno Cortez Torres Castelo Branco</i>	

ESTELIONATO: NOVAS DIMENSÕES DO ERRO E DO ENGANO A PARTIR DA PROVOCAÇÃO DA VÍTIMA	109
<i>Eduardo Saad-Diniz e Cláudio do Prado Amaral</i>	

EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA NO TRIBUNAL DO JÚRI, O SISTEMA ACUSATÓRIO E OS REFLEXOS NA POLÍTICA CRIMINAL BRASILEIRA:UM ESTUDO CRÍTICO	121
<i>Luís Eduardo Lopes Serpa Colavolpe</i>	

PARTE II DIREITO PROCESSUAL PENAL

JUIZ DE GARANTIAS E A REFORMA ACUSATÓRIA DO PROCESSO PENAL NA AMÉRICA LATINA E BRASIL.	137
<i>Antonio Pedro Melchior</i>	

ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL (ART. 28-A, CPP): INTRODUÇÃO E PRIMEIRAS OBSERVAÇÕES	153
<i>Beatriz Corrêa Camargo e Luciano Sousa Rosa</i>	
A CADEIA DE CUSTÓDIA DA PROVA CRIMINAL	176
<i>Felipe Martins Pinto e Rafael Santos Soares</i>	
AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA E A ORALIDADE COMO METODOLOGIA DE TRABALHO	197
<i>Thiago Miranda Minagé e Thaise Mattar Assad</i>	
O BARCO DE NEURATH: DA PRISÃO EM FLAGRANTE À PREVENTIVA NA LEI N. 13.964/2019 (LEI ANTICRIME)	212
<i>Antonio José Franco de Souza Pêcego</i>	
O PACOTE ANTICRIME E SEUS REFLEXOS NO SISTEMA RECURSAL DO PROCESSO PENAL BRASILEIRO	227
<i>Sebastião Sérgio da Silveira</i>	

PARTE III

EXECUÇÃO PENAL E LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

OS REFLEXOS DA LEI ANTICRIME NA EXECUÇÃO PENAL.....	245
<i>Adeildo Nunes</i>	
AS CAPTAÇÕES AMBIENTAIS NA LEI ANTICRIME: REQUISITOS LEGAIS E POSSÍVEIS PROBLEMAS DE LICITUDE DA PROVA.....	290
<i>Wagner Marteleto Filho</i>	
COLABORAÇÃO PREMIADA: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS AVANÇOS E OMISSÕES DA LEI Nº 13.964/2019 – COM ENFOQUE SOBRE OS EFEITOS EXTRAPENAIIS	305
<i>Décio Franco David</i>	
ENTRE A PERSISTENTE LÓGICA PUNITIVISTA E OS EFEITOS MÚLTIPLOS DO RECONHECIMENTO DA FALTA GRAVE NO ÂMBITO DA EXECUÇÃO PENAL	322
<i>Carlos Augusto Canêdo Gonçalves da Silva e Humberto Leandro de Melo e Sousa</i>	